

Cordialidade e civilização:

A configuração civilizacional brasileira na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Luiz Carlos Ribeiro

Departamento de História – UFPR

RESUMO:

O presente artigo pretende analisar, na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, editada em 1936, o caráter anômico do processo civilizador brasileiro, sintetizado no conceito do “homem cordial”.

I - Introdução

A obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada originalmente em 1936, é considerada pela literatura especializada uma referência obrigatória para se compreender o imaginário político-ideológico que se instituiu no país, a respeito do caráter de nosso processo civilizador.

Para os especialistas, junto com o livro de Sérgio Buarque, também os de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala* – 1933) e de Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo* – 1942), esses estudos “parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise e social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”. (Candido, 1978: xi)

O destaque dado por Candido à obra de Sérgio Buarque, exige-nos considerar o lugar político e ideológico a partir do qual foi formulado: o ambiente intelectual e acadêmico do estado de São Paulo, nos primeiros anos do regime militar.

Na verdade, a seleção das obras não só ocorreu a partir da vivência escolar de Candido – como o próprio autor reconhece – como se insere num quadro de disputa intelectual e ideológica que remonta à conjuntura modernista dos anos vinte.

O discurso modernizante embalado pelo dinamismo econômico e intelectual de São Paulo procurava ditar regras de reordenamento para toda a sociedade brasileira.

Nestes termos, tanto a análise de Sergio Buarque quanto a leitura de Candido sobre a obra deste, encontram-se num mesmo campo ideológico, seja naquela conjuntura dos anos trinta, quando *Raízes* é editada pela primeira vez, seja em meados dos anos sessenta, quando Candido redige seu prefácio.

Neste sentido, a seleção dessas obras revela um processo circular entre memória e narrativa histórica, quando Sérgio Buarque e Candido, escrevendo em tempos diferentes,

expressam ora uma ora outra. Candido, ao qualificar Sérgio Buarque, reproduz e reafirma uma interpretação de Brasil. O projeto civilizacional – intelectual e ideológico – que se encontrava presente na obra de Sérgio Buarque, nos anos trinta, reproduz-se em Candido.

Com isso queremos afirmar que *Raízes* é, antes de tudo, um manifesto que expressa o incômodo de um setor da elite brasileira, nos anos trinta, com a dinâmica civilizacional brasileira, mas que se reproduz através da análise de Candido nos seus escritos dos anos setenta. A relevância da sua análise, nos tempos atuais, é maior com relação a compreensão da construção desse projeto político, do que como uma obra de cunho histórico. Ou seja, em especial nesses anos trinta e quarenta, o que muito se produziu foram projetos políticos interpretações de reordenamento civilizacional brasileiro.

Os modelos de análise do processo histórico brasileiro, de Sérgio Buarque são, antes de tudo, modelos de interpretação e de explicação do Brasil.

II – Uma visão de mundo

Na verdade, essa estratégia de discursos fundadores é recorrente em todo pensamento ocidental moderno. A criação de estados e nações modernos é impossível de ser visível sem a anuência desses discursos. A sua força é tanta, que se confundem com o próprio objeto de que tratam. Criam uma teia invisível entre memória e história, de tal modo que esta não tem sentido, racionalidade, sem aquela. Mais do que memórias, são monumentos fundadores.

Assim, a demanda pela produção de um pensamento político-ideológico ocidental de formatação da identidade do povo e da nação, remonta à conjuntura das revoluções burguesas do século XVIII e ao acabamento do estado moderno no século XIX. É desse modo que as sociedades americana e francesa – sínteses da cultura política ocidental civilizada e desenvolvida –, apresentam-se realizadas e paradigmáticas para todas as outras sociedades.

Nestes termos, o imaginário dessa “identidade nacional” reúne todo o projeto civilizacional. Há nesses elementos uma lógica racional pragmática de origem iluminista que idealiza um modelo de povo e de sociedade. Seus pressupostos correspondem à existência de um espaço público organizado, onde os homens podem exercer de forma plena a política.

A experiência histórica brasileira desse período não é diferente. A formação do estado e da nação brasileiros, e conseqüentemente o percurso de seu discurso fundador, encontra-se enredados nessa mesma racionalidade, como não poderia deixar de ser diferente.

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as elaborações fundadoras de Varnhagen e Capistrano de Abreu, são marcos da legitimação do estado e da nação brasileiros. Seguiram-lhes, entre outros, Euclides da Cunha, Silvio Romero. Nos anos

vinte do século passado, o cosmopolitismo modernista colaborou na construção da crítica à república liberal, à sociedade oligárquica e no esboço de um novo modelo de povo, nação e estado.

O fato é que a tradição autoritária e patrimonial brasileira, apesar de seu discurso liberalizante, nunca colocou em seu horizonte a possibilidade da emancipação e autonomia dos indivíduos. E não o fizeram não por conta de suposto “atraso”, “desvio ideológico” ou alguma maldade inerente, mas porque a correlação de forças dava-lhes essa possibilidade.

Ou seja, o processo civilizacional brasileiro, apesar de repercutir o discurso modernizante da liberdade, igualdade e fraternidade, hegemonicamente reproduzia – como não poderia deixar de ser diferente – a estrutura social profundamente desigual e autoritária.

Nestes termos, são ingênuas determinadas leituras que vêm na prática política das elites brasileiras, incapacidade ou insensibilidade para agirem como classe burguesa clássica – liberal e democrática.

O modelo de estado que se gesta a partir dos anos vinte e, sobretudo pós trinta, inquieta de forma diversa a *intelligentsia* nacional, verificando-se uma gama complexa de elaborações sobre o Brasil. A refundação do estado, agora com bases abertamente elitistas e autoritárias, aliada a uma gradativa ascensão das massas urbanas reclamava uma reinterpretação de nossa identidade.

III – O projeto civilizador de Sérgio Buarque de Holanda

É nesse contexto de reinterpretações do Brasil que se inscreve a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

No limite, a estrutura de *Raízes* não difere daquela encontrada em outras obras do período que, do mesmo modo, estavam contidas de projetos reordenadores. Assim como em Sérgio Buarque, é recorrente nos seus contemporâneos, a necessidade de encontrar na herança colonial portuguesa a origem de todos os nossos problemas.

Maria Stella Bresciani, ao comentar a obra de Oliveira Vianna, destaca a convicção nesse autor, de que os problemas da sociedade brasileira “encontravam-se firmemente enraizados nos começos da vida colonial”. (2002: 5) Para a historiadora, havia

Um mal de origem a ser desvendado e devidamente purgado por uma ação política consciente. Origem essa responsável pela herança colonial lusa e pela imperfeita identidade nacional, verdadeiros obstáculos à plena configuração do país como nação. Sua proposta de revisitar a história do Brasil, na certeza de que os problemas do presente encontravam-se em vícios de origem, foi compartilhada por vários intelectuais seus contemporâneos, autores que, como ele, se propuseram a re-apresentar esse percurso de 400 anos. (Idem)

Entre esses contemporâneos de Oliveira Vianna, encontravam-se Caio Prado Júnior (*Evolução Política do Brasil – 1933*) e Sérgio Buarque de Holanda.

Nesse sentido da crítica de nossa origem colonial lusitana, a primeira idéia apresentada por Buarque de Holanda, em *Raízes*, é exemplar:

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambientes muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra*. (Holanda, 1967: 3. Grifo nosso)

Essa idéia da origem imperfeita seria a base de nosso caráter anômico, de uma sociedade formada a partir de padrões normativos fracos ou inexistentes. A exaltação do prestígio pessoal como regra de relacionamento social e de poder, em detrimento do princípio da hierarquia e do mérito. Uma frouxidão social marcada por elementos anárquicos. Por isso, observa Sérgio Buarque, “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno”. (Holanda, 5)

E essa anarquia, que predominara em nossa formação social e política, era herança da hierarquia social frágil dos portugueses, que haviam tido uma experiência oposta à dos povos protestantes:

Foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles [os iberos] ao espírito de organização espontânea, tão característica dos povos protestantes, e sobretudo de calvinistas. Porque, na verdade, as doutrinas que apregoam o livre arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens. (Holanda, 9)

E nessa característica estava não apenas a raiz do nosso atraso e frágil organização social, como a origem autoritária de nossa sociedade.

Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares. (Idem)

O caráter positivo do português era a sua disposição para a aventura, sem a qual, reconhece Sérgio Buarque, toda a expansão marítima não teria ocorrido. Mas essa “ética da aventura” opunha-se à “ética do trabalho”, pois a própria exploração dos trópicos “fez-se antes com desleixo e certo abandono”. (12) Gerou um tipo humano que ignorava as fronteiras, mas que dignificava o ócio em oposição ao trabalho, predominando a renúncia ao bem comum e a solidariedade.

O recálque, como considera Antonio Candido (2000: 111) ser recorrente nessa literatura, é explícito também em nosso autor: “Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar *como às vezes gostaríamos de sê-lo*”. (Holanda, 11. Grifo nosso) De modo diverso ao que ocorrera em outras civilizações, no Brasil a escravidão e o contato com os nativos, fez com que predominasse a influência amolecedora dos primitivos e a aversão ao trabalho e a organização.

No prefácio de *Raízes* (datado de 1967), Candido reafirma – e repõe para outros tempos – a posição de Sérgio Buarque à necessidade de superar o obstáculo de nosso passado, liquidando as nossas raízes, com um “imperativo do nosso desenvolvimento histórico”. (Candido, 1978: xxi) Para o ensaísta, Sérgio Buarque “percebeu o sentido moderno da evolução brasileira, mostrando que ela se processaria conforme uma perda crescente das características ibéricas, em benefício dos rumos abertos pela civilização urbana e cosmopolita, expressa pelo Brasil do imigrante”. (Idem)

IV – Cordialidade e civilização

Mas, apesar dessa “evolução”, a modernização representada pela abolição da escravidão, pela riqueza acumulada pela economia cafeeira e sobretudo pela urbanização e industrialização, a mentalidade da casa grande predominou sobre a cidade, onde a “praga do bacharelismo” persiste (Holanda, 115)

Mas é no capítulo V – *O homem cordial*, de *Raízes*, que Sérgio Buarque formula sua análise psicológica e histórica social da experiência brasileira, e sintetiza o processo civilizador brasileiro.

Ou seja, a forma complacente com que se deu a formação do estado brasileiro, a passagem do rural para o urbano e a constituição da esfera pública, não permitiu que se produzissem regras gerais e transparentes, concedendo que se desenvolvesse uma dissimulação. A igualdade, nessa formação brasileira, transformou-se numa concessão pessoal, não um direito transparente do outro. (Cardoso, 1993:29) Nesse sentido, afirma Buarque de Holanda, sintetizando a relação que estabelece entre anomia e cordialidade no processo civilizador brasileiro:

A lhanza no trato, a hospitalidade, e generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e

transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças. (Holanda, 1978:106/7)

Para o historiador, portanto, a cordialidade como sinônimo de complacência é oposto à civilidade. Para Buarque de Holanda esta pressupõe hierarquia, coerção e regras claras definindo os espaços sociais. A falta desses elementos significa a ausência de padrões normativos de conduta e de crença e o indivíduo, em conflito interno, encontra espaço e legitimidade para não se conformar às contraditórias exigências das normas sociais.

Também o crítico literário e ensaísta, Antonio Candido, identifica na estrutura da sociedade brasileira o caráter da anomia quando, analisando a obra de Manuel Antonio de Almeida, de 1852, *Memórias de um sargento de milícias*, desenvolve o conceito da “dialética da malandragem”. Candido define a sociedade brasileira do século XIX, descrita no romance, como o resultado de uma “vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem”, cria uma “terra-de-ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime”, ou seja uma “organização bruxuleante fissurada pela anomia”. (Candido, 1970: 82) Portanto, a “dialética da malandragem” expressa “a anomia social que acompanha a escravatura”, da qual “não há por que se orgulhar”. (Schwarz, 1979: 137)

Uma sociedade onde a ordem é extremamente difícil de ser imposta e mantida e "cercada de todos os lados por uma desordem vivaz". Vejamos como Candido sintetiza esse processo na sociedade brasileira do século XIX, descrita na obra de Manuel Antônio:

Sociedade na qual uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo. Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando. Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX. (Candido, 1970: 82)

Fundada a sociedade brasileira no princípio da fraqueza moral, da preguiça e aversão ao trabalho, do personalismo e de uma esfera pública inacabada e ainda dominada pelo privado, portanto uma sociedade tipicamente patrimonial, estávamos longe de um verdadeiro processo civilizador.

Referência Bibliográfica

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade.** Oliveira Vianna interpreta o Brasil. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2002. (Tese de Concurso para Professor Titular).

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. Caracterização das Memórias de um sargento de milícias. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 8, São Paulo, 1970, pp. 67-89.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 8ª ed. São Paulo: T. A Queiroz ; Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 12ª ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1978.

CARDOSO, F. H. Livros que inventaram o Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo: Cebrap, nº 37, nov. 1993, pp. 21-35.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: **Sérgio Buarque de Holanda.** História. São Paulo: Ática, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Prefácio de Antonio Candido. 12ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: LAFER, Celso *et all.* **Esboço de figura.** Homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979